

economia

Com enchente, Moody's vê metas fiscais desafiadoras

Pacote nacional de apoio ao RS prevê déficit entre 0,5% e 0,75% do PIB

/ CLIMA

A agência de classificação de risco Moody's afirmou em relatório divulgado ontem que as metas fiscais soberanas do Brasil se tornaram mais desafiadoras após o anúncio de um pacote de socorro ao Rio Grande do Sul por causa da enchente histórica no estado.

O alerta vem menos de duas semanas após a agência elevar a perspectiva da nota de crédito do país de "neutra" para "positiva".

Na ocasião, a Moody's disse que deixou inalterada a nota de classificação de risco para o crédito soberano do país por ainda enxergar riscos fiscais, que colocam em dúvida a continuidade da organização das contas públicas pelo governo.

No relatório desta segunda, a agência afirmou que, se o pacote de apoio fiscal ao RS no valor de R\$ 51 bilhões (0,5% do PIB (Produto Interno Bruto) for entregue con-

forme prometido, a Moody's espera um déficit fiscal do governo entre 0,5% e 0,75% do PIB.

Além disso, projeta um aumento do déficit geral de 0,5 ponto percentual em relação à última projeção da agência, de 6,2% para 6,7% ao ano.

"Os gastos emergenciais testarão a capacidade do governo central de enfrentar as necessidades de despesas adicionais enquanto tenta alcançar a consolidação fiscal", afirmou a Moody's.

Mas o time de analistas da agência pondera que a magnitude do pacote de socorro fiscal ao Rio Grande do Sul é significativamente menor daquele criado durante a pandemia de Covid-19, que foi de cerca de 8% do PIB e que se traduziu em um déficit geral de quase 12%.

"O efeito dos gastos emergenciais relacionados às enchentes nas contas fiscais e na trajetória da dívida do Brasil ainda é

administrável", disse o relatório. "Mas o governo precisará endereçar outras medidas para atingir a consolidação fiscal nos próximos anos", afirmou.

A Moody's citou algumas medidas defendidas recentemente por integrantes do governo como positivas para a organização das contas públicas na situação atual, como a necessidade de conter o aumento de gastos obrigatórios e a desvinculação de benefícios previdenciários do salário mínimo.

Esta última medida foi aventada pela ministra Simone Tebet (Planejamento e Orçamento), mas ela acabou ficando isolada em seu posicionamento, segundo apurou a reportagem. A ministra não teve respaldo nem mesmo do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

A conduta de Tebet chegou a ser apontada como um exemplo de desgoverno durante um jantar do ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) com



Gastos emergenciais com as cheias serão teste para o governo federal

a coordenação da bancada do PT na Câmara.

No dia 1º de maio, a Moody's melhorou a perspectiva do Brasil pela primeira vez desde 2018. Mas as notas de crédito dos títulos de dívida do governo seguem inalteradas desde 2016.

Pela classificação da agência, o Brasil está com notas "Ba2". Trata-se do mesmo degrau das notas das agências S&P Global Ratings e Fitch, que elevaram no ano passado suas classificações de risco para o país, ambas de BB- para BB.

Com isso, o Brasil ainda está no nível especulativo e a dois de-

graus abaixo do chamado grau de investimento. É neste que o país se torna seguro -ou seja, com baixos riscos de calote para quem investe em seus títulos de dívida.

Em relatório, a Moody's disse avaliar que as possibilidades para o crescimento real do PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil são mais robustas do que antes da pandemia de Covid-19.

A agência citou as reformas estruturais colocadas em prática nos últimos governos, o que reduz as incertezas em relação à direção futura das políticas públicas do País.

Mercado eleva para 2,09% a projeção de alta do PIB

/ POLÍTICA MONETÁRIA

A previsão do mercado financeiro para o crescimento da economia brasileira neste ano subiu de 2,05% para 2,09%. A estimativa está no boletim Focus divulgado ontem pelo Banco Central (BC) com a projeção para os principais indicadores econômicos. Para 2025, a expectativa para o Produto Interno Bruto (PIB - a soma dos bens e serviços produzidos no país) é crescimento de 2%. Para 2026 e 2027, o mercado financeiro também projeta expansão do PIB em 2%, para os dois anos.

Superando as projeções, em 2023 a economia brasileira cresceu 2,9%, com um valor total de R\$ 10,9 trilhões, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2022, a taxa de crescimento havia sido 3%. A previsão de cotação do dólar está em R\$ 5 para o fim deste ano. No fim de 2025, a previsão é que a moeda americana fique em R\$ 5,05.

Nesta edição do Focus, a previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerada a inflação oficial do país - em 2024 subiu de 3,72%

Projeções



para 3,76%. Para 2025, a projeção da inflação ficou em 3,66%. Para 2026 e 2027, as previsões são de 3,5% para os dois anos.

A estimativa para 2024 está dentro do intervalo da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho

Monetário Nacional (CMN), a meta é 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%. Para 2025 e 2026, as metas de inflação estão fixadas em 3%, com a mesma tolerância.

Agergs propõe medidas para mitigar efeitos das inundações

Face à situação de emergência que vive o Estado, e após a renovação do contrato com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para a fiscalização da distribuição da energia elétrica no Estado, a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (Agergs) apresentou proposta à entidade federal com ações para mitigar os graves efeitos das chuvas e enchentes que assolam o Rio Grande do Sul, em benefício dos clientes residenciais e pequenos estabelecimentos comerciais. Conforme nota da Agergs, foi sugerida a adoção de medidas emergenciais, em caráter cautelar, de forma a mitigar os efeitos dos eventos climáticos junto aos usuários vulneráveis.

Entre as iniciativas levantadas estão: cancelamento da cobrança das tarifas de energia elétrica para usuários residenciais e pequenos comércios pelo prazo de 90 dias,

para todos os municípios integralmente atingidos por enchentes e cancelamento da cobrança das tarifas pelo prazo de 90 dias para usuários residenciais e pequenos comércios dos bairros afetados por enchentes, deslizamentos e outros eventos para os municípios que foram parcialmente atingidos.

Também foi sugerida a vedação à suspensão de fornecimento por eventuais débitos pretéritos durante 90 dias para usuários residenciais e comerciais (pequenos estabelecimentos), hospitais e outras instituições de saúde ou assistência social com internação e previsão de critério de consumo para definir o "pequeno comércio", a fim de aplicar os benefícios tarifários. Além dessa atuação, a Agergs reforça em seu comunicado que segue monitorando a evolução do quadro crítico, em constante contato com as distribuidoras de energia.